

Ata n.º 14/2020

Reunião de Câmara realizada no dia 20 de julho de 2020

Aos vinte dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte, nesta Vila da Lousã, no auditório da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro, reuniu ordinariamente o Executivo Camarário com a presença do Senhor Presidente, Luís Miguel Correia Antunes, e dos Senhores Vereadores Ricardo Emanuel Soares Fernandes, Henriqueta Cristina Ferreira da Silva Beato de Oliveira, Victor Eugénio das Neves Carvalho, Ana Maria Conceição Ferreira e Orlando António Lopes Ferreira. O Senhor Vice-Presidente, Rui Daniel Colaço Lopes, não esteve presente por se encontrar numa reunião em Lisboa, em representação do Município. -----

Às dez horas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu início aos trabalhos.-----

1 - Período antes da Ordem do Dia -----

O Senhor Vereador **Victor Carvalho** usou da palavra começando por dizer que uma vez que constam da ordem de trabalhos vários assuntos relacionados com a APIN – empresa intermunicipal, aproveitava para frisar que não tem conhecimento que a referida empresa tivesse feito quaisquer diligências junto do Governo Central para ver aprovado um mecanismo de ajuda para a sua sustentabilidade e para os concelhos do interior que nesta questão das águas, saneamento e resíduos são sempre mais prejudicados. Por esta razão, pediu ao **Senhor Presidente** para informar se a Administração da APIN tem alguma situação prevista neste sentido e em caso afirmativo em que moldes o fará. Seguidamente, referiu-se ao encerramento das estradas do concelho com ligação à serra, no passado fim-de-semana, dizendo que por este motivo lhe chegaram algumas queixas e, embora entenda os motivos, não deixou de recordar que existem comerciantes que, com esta medida, ficaram prejudicados, porque foram privados de algum turismo que ainda vai acontecendo e se faz sentir um pouco por todo o Concelho da Lousã, e bem, uma vez que tem sido esta a aposta, ou seja, o investimento no turismo que

se tem vindo a fazer tem produzido bons efeitos ao longo dos anos. Disse, ainda, que apesar de compreender a postura do Governo Central e do Município, entende que se os trabalhos tivessem sido executados em tempo oportuno, esta decisão estaria resolvida com mais “*convicção*”, porque as estradas da serra estão em muito mau estado de manutenção no que se refere a resíduos orgânicos de vegetação e árvores. Sugeriu que, futuramente, venha a existir outra preocupação, eventualmente, desenvolverem-se parcerias com algumas associações do concelho que poderão ter capacidade técnica para comprar equipamentos da especialidade e agilizar a execução deste tipo de trabalho inglório e difícil de fazer. Afirmou que, apesar de tudo, seria melhor fechar a estrada com ela limpa do que como se apresenta. Sobre a Regeneração Urbana, deu nota que tem recebido algumas reclamações, sobretudo, na via ao fundo da Igreja Matriz, que manifesta acentuado estreitamento, e perguntou se vai ali ser feita alguma alteração/correção ao que está executado. Relativamente a outras intervenções de Regeneração Urbana, afirmou que uma coisa é ver os projetos em papel e outra é a execução no terreno, por isso, acredita que até a própria autarquia já tenha consciência disto, porque ele próprio também aprovou os projetos, não obstante, constatar-se que as situações “*in loco*” são diferentes do expectável, por isso disse ser importante proceder a correções e ajustamentos que se considerem pertinentes. Sobre os passadiços do Castelo à Senhora da Piedade, recordou que, na reunião anterior, questionou o **Senhor Vice-Presidente** sobre se já tinham sido identificados os autores do furto ou tentativa de furto da madeira dos passadiços, tendo-lhe sido dito que a Câmara Municipal não dispunha de informação nenhuma sobre o assunto, porque se tratava de uma questão que não dizia respeito à autarquia. No entanto, teve conhecimento, posteriormente, que foram, efetivamente, identificados os autores do crime, mas que o empreiteiro da obra, entretanto, retirou a queixa. Considerando que esta situação não dignifica em nada o Concelho da Lousã e a própria autarquia, sugeriu que fosse esta a agir. Perguntou se a Câmara Municipal tem conhecimento dos nomes dos autores do furto e o que pensa fazer com esses dados, uma vez que foi cometido um crime público no concelho. Sugeriu, ainda, a identificação dos autores e a aplicação de uma penalização no sentido em que se vissem privados de qualquer apoio

institucional, a título de castigo por conduta de mau comportamento. Concluiu a sua intervenção, apelando ao Executivo para a execução, com a máxima urgência, da alteração à entrada no Mercado Municipal, para que seja feita pela parte de trás, não apenas porque as pessoas, neste momento, ficam ao sol, dada a inexistência de sombras no local, mas também pela vertente de tentativa de revitalização da área comercial existente na parte voltada para a Praceta Comandante Fernandes Costa. -----

O **Senhor Vereador Ricardo Fernandes** interveio começando por esclarecer o **Senhor Victor Carvalho** que os cortes de estrada não foram feitos pela Câmara Municipal, apenas foi dado cumprimento a um despacho do governo que impede o movimento de circulação nos espaços florestais e que se prevê que esta medida se venha a repetir futuramente e sempre que as condições atmosféricas assim o exijam. Informou ainda que, antes do ano de dois mil e dezassete, nunca existiu nenhum despacho do governo neste sentido, mas que depois desta data já aconteceu por duas vezes. Disse que são novos tempos, com novas regulamentações, que visam, sobretudo, a segurança de bens e das pessoas que circulam. As medidas implementadas pelo governo têm que ser cumpridas embora compreenda os constrangimentos e que a vida normal e os negócios das pessoas sejam por isso afetados, no entanto, há um bem maior que está em causa que é a vida humana e foi essa a preocupação da Câmara Municipal. Adiantou que em outros espaços no país, também com grande impacto económico tiveram o mesmo tipo de restrição. Em relação às limpezas, confirmou que há uma necessidade contínua de proceder à execução destes trabalhos. Disse que existem vários espaços ao nível da serra, não só da competência da Câmara Municipal, que foram limpos já durante o corrente ano e que, neste momento, estão a necessitar de outra intervenção. Referiu que este ano atípico provocado pela pandemia da Covid-19 afetou os prestadores de serviços e a própria atividade autárquica, porque, apesar de a Câmara Municipal não ter parado, diminuiu e desacelerou alguns trabalhos neste contexto. Deu nota que a maioria dos trabalhos de limpezas florestais são executados por entidades locais e feitas as contratações através de concurso público. Informou que no último mês está a ser feita a limpeza das aldeias serranas e da faixa de gestão de proteção às próprias aldeias, sendo uma

situação da competência dos proprietários privados, aos quais, a Câmara Municipal se fez substituir ao abrigo da legislação, por entender como prioridade a proteção das pessoas e bens, nomeadamente, numa zona de risco muito elevado. -----

O Senhor Presidente da Câmara começou por dar conhecimento ao Executivo de um agradecimento de condolências da Direção e Comando da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Miranda do Corvo. O Executivo tomou conhecimento. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 1 (um)).-----

Em resposta às questões colocadas pelo **Senhor Vereador Victor Carvalho** informou que a APIN desde há algum tempo desenvolve diligências junto do governo para possibilitar algum apoio e acompanhamento à empresa, dadas as características do território, nomeadamente, socioeconómicas. As primeiras diligências efetuadas não surtiram efeito, contudo, a partir do mês de fevereiro, foram melhor acolhidas e, no mês de março, foi concretizado um apoio do governo, através do fundo ambiental e a fundo perdido, no valor de um milhão de euros para o ano de dois mil e vinte, destinando-se a ajudar à progressão tarifária mais suave do que aquela que estava prevista inicialmente. Adiantou que não há garantia de apoio relativamente aos próximos anos e, por isso, com a estabilização do funcionamento desta empresa, terá ela própria que conseguir os seus mecanismos para fazer a progressão social mais suave. Reiterou que o encerramento das estradas foi feito de acordo com a lei e com os agentes das Aldeias de Xisto e Senhora da Piedade. A Câmara Municipal, numa solução de compromisso, por respeito ao esforço económico e sensível à importância deste território para a oferta turística e tendo ainda em conta os danos económicos que a pandemia da Covid-19 já originou, contactou, previamente, e por diversas formas, quer pessoalmente, por telefone e email, todos os agentes que tinham reservas de alojamento e restauração, a quem foi permitido continuar a trabalhar, desde que fosse solicitado pelos diversos agentes o contacto com os seus clientes para que estes guardassem o comprovativo de reserva efetuada, de forma acessível para, no caso de serem intercetados por alguma ação de fiscalização por parte da GNR ou outra autoridade, poderem mostrar o comprovativo de reserva e, assim, terem

permissão de passagem. Afirmou ainda que a Câmara Municipal tem conhecimento que esta operação que se referia à restauração e alojamento, decorreu com normalidade. Adiantou que esta ação para além dos motivos mencionados, teve como pretensão introduzir alguma pedagogia quer ao público em geral, quer aos agentes económicos, dadas as características das aldeias da serra, Senhora da Piedade e Castelo e às condições de acessibilidade, porque com as alterações atmosféricas que estamos a viver, estes fenómenos vão originar este tipo de medidas, como tal, é bom que toda a comunidade tenha noção das implicações de ser decretado estados de alerta, onde é prioritário entre outras medidas reduzir o tráfego para mitigar os riscos em caso de existir alguma situação concreta de incêndios rurais e facilitar a intervenção dos meios. Quanto às limpezas, confirmou que existem zonas que necessitam de uma nova intervenção, nomeadamente na EN 236 e a estrada das Hortas de acesso às aldeias. Informou que, em relação às contratações públicas de serviços, a Câmara Municipal, tem privilegiado, sempre que possível, e mediante disponibilidade, as entidades florestais locais. Relativamente à Regeneração Urbana, disse que não verificou nenhum estreitamento de via ao fundo da Igreja Matriz e que dentro das suas possibilidades tem acompanhado as diversas intervenções que estão em curso. Pediu ao **Senhor Vereador Victor Carvalho** que lhe fizesse chegar as situações que no seu entendimento ou que lhe tivessem chegado por outras vias, necessitem de melhoramento ou correção. Deu como exemplo as obras de Regeneração Urbana na Rua Dr. Henrique Figueiredo, Praça Luís de Camões e Av. S. Silvestre onde, fruto da observação no terreno, foram devidamente ajustadas e outras já estão previstas fazê-lo quando chegar o momento oportuno. Afirmou que a Câmara Municipal está disponível e recetiva ao acolhimento de opiniões para fazer acertar as outras situações que sejam apresentadas e que, depois de analisadas, tenham validade no sentido de promover um melhor resultado final. Frisou que as obras em curso implicam mudanças a vários níveis, nomeadamente, em termos de circulação rodoviária, velocidade, estacionamento e perspetiva de espaço público para os peões. Relativamente à obra de valorização da Senhora da Piedade, onde se inclui a valorização do Cabo do Soito, Castelo e Piscina, afirmou não ter conhecimento concreto do levantamento de queixas. Sobre a questão levantada

pelo **Senhor Vereador Victor Carvalho**, apresentada em nome do PSD, relativamente à APIN, comprometeu-se, em breve, a diligenciar uma resposta escrita. Adiantou que relativamente a alterações tarifárias para o ano em curso já não são possíveis de executar devido às razões que já foram apresentadas. Informou que decorreu na passada sexta-feira uma Assembleia Geral da APIN para verificar todas as questões às quais possam, ainda que sem garantias, serem introduzidas melhorias para o ano de dois mil e vinte e um, nomeadamente a nível de escalões e taxas fixas. -----

O **Senhor Vereador Victor Carvalho** interpelou, em aditamento, para apresentar alguns esclarecimentos solicitados pelo **Senhor Presidente**. Reiterou a pergunta, sobre se a APIN prevê ou tem pressionado o Governo Central no sentido de encontrar um mecanismo para equação de gestão das águas, de saneamento, de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos. No seu entendimento, seria interessante que em vez de o milhão de euros que o governo deu, neste momento, que é *“uma gota no tanque de água da APIN”*, se equacionasse um mecanismo de gestão seria mais justo. Reiterou que continua em nome do PSD, a aguardar uma resposta da APIN à comunicação endereçada há quarenta e cinco dias úteis. Afirmou que é uma falta de respeito decorrido este tempo ainda não ter obtido uma resposta. Relativamente às estradas, disse ter compreendido os motivos e a justificação apresentada que levaram aos cortes, mas insiste na necessidade de limpeza das estradas e frisou o mau estado em que se encontram as vias. Sobre as melhorias ao nível de Regeneração Urbana, reiterou as situações já apresentadas, anteriormente, e que se reportam aos cruzamentos com um ângulo muito fechado na Rua Dr. Henrique Figueiredo com a Av. S. Silvestre e o cruzamento imediatamente antes como preocupação maior e disse escusar-se a falar na escolha dos pavimentos. -----

O **Senhor Presidente** em resposta disse que já foram feitos alguns ajustamentos/afinações referidos e o resultado final só poderá ser visto depois da obra concluída, estando outros agendados para serem devidamente ajustados e afinados. Sobre a aplicação dos materiais, disse apenas que estão em conta questões mais subjetivas e de gosto, por isso é legítimo que existam diferentes opiniões. Sobre o uso do mercado, disse que aguarda junto dos vendedores,

lojistas e outros agentes, que até ao final do mês, seja possível adaptar melhor os hábitos de cada um às mudanças que estão a ser implementadas no sentido de promover melhoramentos adequados para todos. Sobre a APIN, disse que o acionista, Presidente do Município de Pampilhosa da Serra já o disse publicamente, defendendo que o tarifário de água deveria ser igual em todo o país, posição que igualmente partilha para que houvesse um fundo de estabilização tarifária que pudesse garantir equidade acessibilidade económica e social mais harmonizada de todo o país. Informou que continuam a reivindicar esta pretensão junto do governo, ERSAR, POSEUR e que o governo por entender que este território tem características diferentes deu este apoio, mas sem garantia para o futuro, porque uma estabilização destas não depende só do Ministério do Ambiente, depende da Autoridade Tributária e outras entidades, conjugando com as Águas de Portugal e outras entidades que têm intervenção nesta área. Adiantou que a APIN está a formalizar um movimento com outras empresas intermunicipais e, inclusivamente, municípios com gestão direta, a fim de conseguirem uma maior expressão e obter um maior sucesso para reforçar o pedido diferenciado de harmonização nacional do tarifário de água. Quanto à alteração de entrada para o Mercado Municipal concordou com a necessidade de se proceder à mudança de circuito por forma a melhorar a entrada, e inverter as setas, não esquecendo o acesso acessível ainda que de forma improvisada para ser mais rápida esta alteração. -----

2 - Ordem do Dia -----

2.1 - Leitura e aprovação da Ata da Reunião de Câmara realizada no dia 6 de julho de 2020.-----

Posta à votação de todos os membros do Executivo Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade aprovar a ata da reunião realizada no dia seis de julho do ano de dois mil e vinte. Não participaram na votação o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vereador Ricardo Fernandes, por não terem estado presentes. -----

2.2 - Propostas do Senhor Presidente da Câmara: -----

2.2.1 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento de José Augusto Dias Fernandes, Chefe nos Bombeiros Voluntários de Miranda do Corvo. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de José Augusto Dias Fernandes, Chefe nos Bombeiros Voluntários de Miranda do Corvo. Deliberou ainda remeter o documento à Família, Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Corvo e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Miranda do Corvo, para conhecimento do ato. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc. nº 2 (dois)).-----

2.2.2 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal que delibere analisar e submeter à Assembleia Municipal para que esta autorize o recurso à Linha BEI PT 2020, com o objetivo de financiar a contrapartida nacional de projetos de investimento aprovados no âmbito do Programa Portugal 2020, tendo em conta que o financiamento a conceder não pode exceder 50% do custo total do projeto e 100% do custo total do projeto diminuído do apoio do Portugal 2020 e das despesas não elegíveis a financiamento pelo BEI. -----

O Senhor Vereador Victor Carvalho solicitou mais esclarecimentos sobre esta proposta.-----

O Senhor Presidente informou que o Ministro do Ambiente assinou contratos no valor de EUR:37.500.00 (trinta e sete milhões e quinhentos mil euros) de investimento, sendo EUR: 22.400.00 (vinte e dois milhões e quatrocentos mil euros) de investimento de Fundos Comunitários, por esta razão, a APIN deliberou em Assembleia Geral, realizada no dia dezoito de junho do ano de dois mil e vinte, recorrer a um autofinanciamento junto da Linha do BEI com condições mais vantajosas para assegurar a contrapartida nacional no valor de EUR: 15.078.971.00 (quinze milhões setenta e oito mil novecentos e setenta e um euros). Desta forma, para dar seguimento ao processo é proposto que o assunto seja analisado pelo Executivo e remetido à Assembleia Municipal para autorizar o recurso à Linha de empréstimo BEI PT 2020, neste caso concreto pela APIN. É um

processo em tudo semelhante ao que a Câmara Municipal fez para a Regeneração Urbana. -----

O **Senhor Vereador Victor Carvalho** justificou o seu sentido de voto pelo facto de até ao momento não ter recebido qualquer resposta da empresa intermunicipal – APIN. O **Senhor Presidente** afirmou que o esclarecimento que prestou é independente do sentido de voto. A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por maioria e em minuta, com uma abstenção do **Senhor Vereador Victor Carvalho**, aprovar a proposta. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 3 (três)). -----

2.2.3 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal que a deliberação referente à aprovação da comparticipação financeira à CIM-RC, pela aquisição de testes COVID-19, no âmbito da prevenção, contenção e mitigação da doença COVID-19 no valor de 9.840,00€ , datada de 18.05.2020, seja retificada no sentido de incluir também as máscaras cirúrgicas e que seja ajustado o valor para 12.991,90 € (passando a comparticipação financeira à CIM-RC, a respeitar à aquisição de testes COVID-19 e de máscaras cirúrgicas, no âmbito da prevenção, contenção e mitigação da doença COVID-19. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta em que a deliberação referente à aprovação da comparticipação financeira à CIM-RC, pela aquisição de testes COVID-19, no âmbito da prevenção, contenção e mitigação da doença COVID-19 no valor de EUR: 9.840,00, (nove mil oitocentos e quarenta euros) datada de dezoito de maio do ano de dois mil e vinte, seja retificada no sentido de incluir também as máscaras cirúrgicas e que seja ajustado o valor para EUR: 12.991,90 (doze mil novecentos e noventa e um euros e noventa cêntimos), passando a comparticipação financeira à CIM-RC, a respeitar a aquisição de testes COVID-19 e de máscaras cirúrgicas, no âmbito da prevenção, contenção e mitigação da doença COVID-19. A despesa tem cabimentação orçamental 0102/04050104. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 4 (quatro)). -----

2.3 – Propostas do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Vice-Presidente:---

2.3.1 - O Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal a aprovação da Minuta de Protocolo a celebrar entre os Municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penela, Vila Nova de Poiares e a APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A. referente ao Regime de Atribuição e Financiamento de Tarifas Sociais para Prestação dos Serviços de Águas. -----

O Senhor Presidente informou que a proposta diz respeito aos tarifários sociais, que tem sido um processo mais moroso e complicado do que o expectável, conforme esclareceu na última sessão da Assembleia Municipal, nomeadamente com a interação com a DGAL - Direção Geral das Autarquias Locais e só agora é que é possível sob o ponto de vista formal apresentar o Protocolo ao Executivo. -

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por maioria e em minuta, com uma abstenção do **Senhor Vereador Victor Carvalho**, aprovar a proposta da Minuta de Protocolo, a celebrar entre os Municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penela, Vila Nova de Poiares e a APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A. referente ao Regime de Atribuição e Financiamento de Tarifas Sociais para Prestação dos Serviços de Águas. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc. nº 5 (cinco)). -----

2.3.2 - O Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal a aprovação do financiamento da tarifa bonificada no valor EUR:119.581,00, aplicada pela redução do tarifário bonificado fixado para atenuar as consequências nefastas que o novo coronavírus (COVID-19) provocou, a pagar à APIN relativo à faturação do mês de fevereiro de 2020. -----

O Senhor Presidente informou que, na sequência das deliberações tomadas em sede da APIN pelos municípios que a integram, foi fixado um tarifário bonificado, reduzido, face ao tarifário em vigor, a todos os utilizadores domésticos e não-domésticos, decorrente das consequências da COVID-19 nas famílias, no setor empresarial e social. Desta forma, o valor associado ao financiamento do tarifário

bonificado fixado relativo à faturação do mês de fevereiro totaliza o valor de EUR: 119.581,00 (cento e dezanove mil quinhentos e oitenta e um euros). -----

O **Senhor Vereador Victor Carvalho** solicitou ao **Senhor Presidente** informação de suporte sobre o contexto em que foi apurada esta compensação. -----

O **Senhor Presidente** informou que diz respeito ao consumo real apurado neste mês para a atualidade dos consumos do Concelho da Lousã e depois da aplicação do desconto diferencial imputado a cada uma das Câmaras Municipais, todo o modo fará chegar a respetiva informação. -----

O **Senhor Vereador Victor Carvalho** justificou o seu sentido de voto porque, como já disse anteriormente, não concorda com a forma como o valor foi apurado. ----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por maioria e em minuta, com uma abstenção do **Senhor Vereador Victor Carvalho**, aprovar a proposta do financiamento da tarifa bonificada no valor EUR:119.581,00, (cento e dezanove mil quinhentos e oitenta e um euros) aplicada pela redução do tarifário bonificado fixado para atenuar as consequências nefastas que o novo coronavírus COVID-19 provocou, a pagar à APIN relativo à faturação do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte. A despesa encontra-se cabimentada na rubrica 0102/05010101. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 6 (seis)). -----

2.4 - Propostas do Senhor Presidente da Câmara e da Senhora Vereadora Henriqueta Oliveira: -----

2.4.1 - O Senhor Presidente e a Senhora Vereadora propõem à Câmara Municipal a atribuição de um apoio financeiro à ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã, para a participação nas colónias de férias. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta de atribuição de apoio financeiro no valor de EUR: 750.00 (setecentos e cinquenta euros), à ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã, para a participação nas colónias de férias. A despesa tem cabimentação orçamental na rubrica 02 212 2018/13-3. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 7 (sete)). -----

2.4.2 - O Senhor Presidente e a Senhora Vereadora propõem à Câmara Municipal a aprovação da nomeação do Senhor Dr. Pedro Miguel Santinho Antunes como Conselheiro para a Igualdade de Género da Câmara Municipal. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta, aprovar a nomeação do Senhor Dr. Pedro Miguel Santinho Antunes como Conselheiro para a Igualdade de Género da Câmara Municipal. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc. nº 8 (oito)). -----

2.4.3- O Senhor Presidente e a Senhora Vereadora propõem à Câmara Municipal a aprovação do projeto de Regulamento do Banco de Voluntariado da Lousã, bem como submetê-lo a consulta pública. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta, aprovar o projeto de Regulamento do Banco de Voluntariado da Lousã, bem como submetê-lo a consulta pública. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc. nº 9 (nove)). -----

2.5 - Correspondência:-----

2.5.1 - Associação de Farmácias Portuguesas a dar conhecimento à Câmara Municipal da Linha Nacional 1400 - Assistência Farmacêutica às Populações no contexto da pandemia da COVID 19. -----

O Senhor Presidente a dar conhecimento da comunicação da Associação de Farmácias Portuguesas da Linha Nacional 1400 - Assistência Farmacêutica às Populações no contexto da pandemia da COVID-19. O Executivo tomou conhecimento. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc. nº 10 (dez)). -----

2.5.2 - Administração da Metro Mondego, S.A. a transmitir à Câmara Municipal o pesar pelo falecimento do Chefe dos Bombeiros Voluntários de Miranda do Corvo, José Augusto Dias Fernandes, no incêndio na Lousã no passado dia 11 de julho de 2020. -----

O Senhor Presidente a dar conhecimento de uma comunicação da Administração da Metro Mondego, S.A. a transmitir à Câmara Municipal o pesar pelo falecimento do

Chefe dos Bombeiros Voluntários de Miranda do Corvo, José Augusto Dias Fernandes, no incêndio na Lousã no passado dia onze de julho do ano de dois mil e vinte. O Executivo tomou conhecimento. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 11 (onze)). -----

2.5.3 - Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte a dar conhecimento à Câmara Municipal da escala de serviço dos Delegados de Saúde do ACES PIN para o período entre 13.07.2020 a 19.10. 2020. -----

O Senhor Presidente a dar conhecimento de uma comunicação do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte da escala de serviço dos Delegados de Saúde do ACES PIN para o período entre treze de julho de dois mil e vinte e dezanove de outubro de dois mil e vinte. O Executivo tomou conhecimento. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 12 (doze)). -----

2.6 - Bombeiros Municipais da Lousã:-----

2.6.1 - A remeterem o mapa de despesas mensais participadas por dispositivo referente ao mês de junho de 2020. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade ratificar os despachos do Senhor Comandante do Corpo de Bombeiros Municipais, datado do dia seis de julho do ano de dois mil e vinte, e do Senhor Presidente da Câmara Municipal, datado de nove de julho do ano de dois mil e vinte, relativo ao mapa de despesas mensais participadas por dispositivo referente ao mês de junho do ano de dois mil e vinte, no valor de EUR: 4.068.33 (quatro mil sessenta e oito euros e trinta e três cêntimos). A despesa tem cabimentação orçamental na rubrica 06/0202250303. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 13 (treze)). -----

2.6.2 - A remeterem os mapas das Equipas de Combate a Incêndios referentes ao mês de junho de 2020. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade ratificar os despachos do Senhor Comandante do Corpo de Bombeiros Municipais, datado do dia seis de julho do ano de dois mil e vinte, e do Senhor Presidente da Câmara

Municipal, datado de nove de julho do ano de dois mil e vinte, relativo ao mapa das Equipas de Combate a Incêndios referentes ao mês de junho do ano de dois mil e vinte, no valor de EUR: 8 901.00 (oito mil novecentos e um euros). A despesa tem cabimentação orçamental na rubrica 06/0202250303. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 14 (catorze)).-----

Nada mais havendo a tratar, às onze horas e dez minutos o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luis Miguel Correia Antunes, e por Maria de Fátima Lima Martins, na qualidade de Secretária.

O Presidente da Câmara Municipal,



A Secretária,

